

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência em agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

3 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2013.

a. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

b. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

b. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

c. *Impostos--Continuação*

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

c. Impostos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

d. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

e. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis dedutíveis disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro da concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos.

f. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante, conforme nota 6.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

g. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

h. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, contabilizados com base no regime de competência (nota 6).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota 6a).

i. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

j. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

j. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 11.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

j. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

k. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

k. Ativos intangíveis

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

l. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

m. Benefícios a empregados

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições ao planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

- **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos e perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

n. Benefícios a empregados--Continuação

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

o. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

o. Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

p. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

q. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

r. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

s. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes - a revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão vigente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.
- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão) - o IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão vigente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos - a revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia entenda a relação entre os ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada vigente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

t. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 *Apresentação das Demonstrações Financeiras* – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes - As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2012, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.
- IAS 19 *Benefícios aos Empregados* (Emenda) - O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 *Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures* (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e não produzirão efeitos sobre a posição financeira e desempenho ou divulgações da Companhia.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

t. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

- IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32- Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1 - estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2013.
- IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7 - estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

t. *Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação*

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração - a norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.
- IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos* O IFRS 11 substitui o IAS 31, *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13, *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores* - o IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.
- IFRS 12 *Divulgação de Participações em Outras Entidades* - a IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo* - a IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Políticas contábeis--Continuação

u. Melhorias Anuais – maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia: IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS - esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá re-adotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for re-adotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.
- IAS 16 Imobilizado - esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.
- IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação - esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.
- IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias - a revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais.

Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja Nota 27.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota 3k.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 3j.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda incluía avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 6a.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Caixas e bancos	11.372	24.584
Equivalentes de caixa	47.714	209.557
Total	59.086	234.141

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais em torno de 102,5% e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, e são compostas conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
CDB	17.533	70.750
Debêntures compromissadas	30.181	138.807
Total	47.714	209.557

5.2 Investimentos de curto prazo

Modalidade	31/12/2012	31/12/2011
Fundos de investimentos	423.421	190.187
Outros	130	135
Total	423.551	190.322

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha, lastreados em títulos públicos federais, de acordo com a política de investimento da Companhia.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Fornecimento faturado	295.575	273.471
Baixa Renda (1) e Viva Luz (2)	36.008	15.825
Fornecimento não faturado	79.337	60.762
Parcelamento de débitos	143.041	134.094
	553.961	484.152
Comercialização no âmbito do CCEE	8.206	4.078
PERCEE	128	126
Concessionárias	730	388
Serviços prestados	5.119	9.310
Outras	15.008	10.292
	29.191	24.194
Total	583.152	508.346
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58.450)	(45.757)
Total circulante	524.702	462.589
Não circulante		
Comercialização no âmbito do CCEE	8.010	8.010
Parcelamento de débitos	60.354	67.036
Parcelamento de débitos - Ajuste a Valor Presente (a)	(2.494)	(3.648)
Cheques em cobrança	2.186	2.220
Total	68.056	73.618
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.186)	(3.638)
	(2.186)	(3.638)
Total não circulante	65.870	69.980

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

Análise por vencimento

31/12/2012						
	Vencidos			Total	PCLD	Total Líquido PCLD
	Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias			
Fornecimento faturado						
Residencial	71.394	64.428	15.732	151.554	17.711	133.843
Industrial	14.231	3.861	4.807	22.899	1.187	21.712
Comercial, serviços e outras	35.874	12.487	4.433	52.794	2.524	50.270
Rural	4.872	3.598	2.863	11.333	478	10.855
	126.371	84.374	27.835	238.580	21.900	216.680
Poder público	11.998	11.133	2.581	25.712	5.861	19.851
Iluminação pública	9.944	2.654	654	13.252	107	13.145
Serviço público	9.034	6.041	2.956	18.031	291	17.740
	30.976	19.828	6.191	56.995	6.259	50.736
Fornecimento não faturado	79.337	-	-	79.337	-	79.337
PERCEE	128	-	-	128	-	128
Encargo de capacidade emergencial	-	-	4	4	-	4
Parcelamento	152.986	24.284	26.125	203.395	21.475	181.920
Parcelamento - ajuste a valor presente(3)	(2.494)	-	-	(2.494)	-	(2.494)
Baixa renda (1)	31.529	-	-	31.529	-	31.529
Viva luz (2)	4.479	-	-	4.479	-	4.479
Outros	5.999	5.718	3.287	15.004	7.821	7.183
	271.964	30.002	29.416	331.382	29.566	301.816
Subtotal - Consumidores	429.311	134.204	63.442	626.957	57.725	569.232
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.010	-	8.206	16.216	197	16.019
Concessionárias	730	-	-	730	-	730
Cheques em cobrança	-	-	2.186	2.186	2.186	-
Serviços prestados a terceiros	-	-	5.119	5.119	528	4.591
	8.740	-	15.511	24.251	2.911	21.340
Total	438.051	134.204	78.953	651.208	60.636	590.572
Ativo circulante	372.181	134.204	76.767	583.152	58.450	524.702
Ativo não circulante	65.870	-	2.186	68.056	2.186	65.870

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

31/12/2011						
	Vencidos	Vencidos		Total	PCLD	Total Líquido PCLD
		Vincendos	Mais de 90 dias			
Fornecimento faturado						
Residencial	64.493	67.753	14.153	146.399	11.210	135.189
Industrial	11.940	3.756	5.592	21.288	2.287	19.001
Comercial, serviços e outras	32.505	13.669	4.652	50.826	2.304	48.552
Rural	4.402	2.959	2.524	9.885	500	9.385
	113.340	88.137	26.921	228.398	16.301	212.097
Poder público	9.781	8.042	2.946	20.769	178	20.591
Iluminação pública	6.155	1.045	791	7.991	367	7.624
Serviço público	7.883	5.387	3.043	16.313	208	16.105
	23.819	14.474	6.780	45.073	753	44.320
Fornecimento não faturado	60.762	-	-	60.762	-	60.762
PERCEE	126	-	-	126	-	126
Encargo de capacidade emergencial	-	-	3	3	-	3
Parcelamento	161.170	18.673	21.287	201.130	22.825	178.305
Parcelamento - ajuste a valor presente	(3.648)	-	-	(3.648)	-	(3.648)
Baixa renda	14.072	-	-	14.072	-	14.072
Viva luz	1.753	-	-	1.753	-	1.753
Outros	1.236	5.669	3.384	10.289	6.571	3.718
	235.471	24.342	24.674	284.487	29.396	270.666
Subtotal - Consumidores	372.630	126.953	58.375	557.958	46.450	511.508
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.010	-	4.078	12.088	197	11.891
Concessionárias	388	-	-	388	-	388
Cheques em cobrança	-	-	2.220	2.220	2.220	-
Serviços prestados a terceiros	-	-	9.310	9.310	528	8.782
	8.398	-	15.608	24.006	2.945	21.061
Total	381.028	126.953	73.983	581.964	49.395	532.569
Ativo circulante	309.630	126.953	71.763	508.346	45.757	462.589
Ativo não circulante	71.398	-	2.220	73.618	3.638	69.980

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

- (1) Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A CEMAR apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010, os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

- (2) Lançado em novembro de 2009 o programa Viva Luz, criado pelo governo do Estado do Maranhão, tem como objetivo beneficiar os consumidores residenciais pertencentes à subclasse residencial baixa renda, que apresentem consumo mensal de até 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de luz, via repasse do governo à controlada CEMAR.
- (3) A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2012, R\$2.494 a título de Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre parcelamentos (R\$3.648 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$1.154 a crédito do resultado financeiro utilizando as taxas de juros (1% a.m.) que refletem a natureza desses ativos no que tange o prazo, risco, moeda, condição de recebimento pré-fixada ou pós-fixada.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2011	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2012
Fornecimento faturado				
Residencial	11.210	17.021	(10.520)	17.711
Industrial	2.287	1.830	(2.930)	1.187
Comercial, serviços e outras	2.304	1.085	(865)	2.524
Rural	500	288	(310)	478
	16.301	20.224	(14.625)	21.900
 Poder público	178	9.690	(4.007)	5.861
Iluminação pública	367	181	(441)	107
Serviço público	208	476	(393)	291
	753	10.347	(4.841)	6.259
 Parcelamento	22.825	284	(1.364)	21.745
Outros	6.571	5.573	(4.323)	7.821
	29.396	5.857	(5.687)	29.566
 Subtotal - Consumidores	46.450	36.428	(25.153)	57.725
 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Cheques em cobrança	2.220	-	(34)	2.186
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
	2.945	-	(34)	2.911
 Total	49.395	36.428	(25.187)	60.636
 Ativo circulante	45.757	36.428	(23.735)	58.450
Ativo não circulante	3.638	-	(1.452)	2.186

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

	31/12/2010	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2011
Fornecimento faturado				
Residencial	18.472	6.730	(13.992)	11.210
Industrial	670	2.535	(918)	2.287
Comercial, serviços e outras	2.422	1.053	(1.171)	2.304
Rural	397	493	(390)	500
	21.961	10.811	(16.471)	16.301
Poder público	271	882	(975)	178
Iluminação pública	68	679	(380)	367
Serviço público	387	377	(556)	208
	726	1.938	(1.911)	753
Parcelamento	12.597	17.939	(7.711)	22.825
Outros	8.207	6.995	(8.631)	6.571
	20.804	24.934	(16.342)	29.396
Subtotal – Consumidores	43.491	37.683	(34.724)	46.450
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Cheques em cobrança	5.253	64	(3.097)	2.220
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
	5.978	64	(3.097)	2.945
Total	49.469	37.747	(37.821)	49.395
Ativo circulante	45.831	37.747	(37.821)	45.757
Ativo não circulante	3.638	-	-	3.638

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

7 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

7.1 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS a recuperar CIAP (a)	36.568	55.062	36.609	39.739
Outros	680	582	1.044	582
Total	37.248	55.644	37.653	40.321

3. A Companhia possui créditos de ICMS baseados na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, segundo a qual vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens classificados no ativo intangível em atendimento ao ICPC 01 – Contratos de concessão.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Impostos a recuperar--Continuação

7.2 Tributos sobre o lucro a recuperar

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
IRRF sobre aplicação financeira	6.358	7.456
CSLL a restituir	2.761	-
IRPJ a restituir	4.812	4.158
IRPJ e CSLL retido na fonte	2.836	2.993
Total	16.767	14.607

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e, imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a. Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ prejuízos fiscais	171.496	171.496
IRPJ e CSLL diferenças temporárias (*)	(160.282)	(95.758)
Total	11.214	75.738

(*) As diferenças temporárias são decorrentes de provisões para contingências, provisões para crédito de liquidação duvidosa, depreciação acelerada, pesquisa e eficiência energética entre outros.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a. Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Contingências	20.990	17.588
PCLD	25.619	19.656
Tributos com exigibilidade suspensa	51.531	43.021
Ativos/Passivos Regulatórios	18.273	4.724
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(40.508)	(4.166)
Depreciação acelerada (a)	(236.558)	(187.952)
Outras despesas não dedutíveis	371	11.371
	(160.282)	(95.758)

- i. O benefício da depreciação acelerada aplica-se a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, destinados à incorporação ao ativo intangível de empreendimento aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação de atividade em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam, conforme a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR de que trata o Anexo II ao Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

Abaixo segue a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2011	75.738
Adições temporárias	171.299
Exclusões	(235.823)
IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2012	11.214
IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2010	147.967
Utilização do prejuízo fiscal	(46.021)
Adições temporárias	103.679
Exclusões	(129.887)
IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2011	75.738

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de Realização	2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2020	Total
Impostos Diferidos	19.199	19.842	29.753	30.951	28.290	43.461	171.496

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a CEMAR não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2013, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, e é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2013.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é demonstrada como segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	489.718	489.718	302.426	302.426
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	122.430	44.075	75.607	27.218
Adições :				
Provisão para contingências	52.527	18.917	45.504	16.381
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	17.863	6.431	13.543	4.875
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência Energética P&D	1.712	616	9.400	3.384
Ativos e passivos regulatórios	13.266	4.775	1.861	680
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	1.289	464	1.713	617
Tributos com exigibilidade suspensa (depósitos judiciais)	37.996	13.679	31.633	11.388
Outras despesas não dedutíveis	1.297	467	1.396	503
	125.950	45.349	105.050	37.828
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos Regulatório	(136.606)	(49.177)	(113.685)	(40.927)
Depreciação acelerada	(48.606)	-	(19.559)	-
	(185.212)	(49.177)	(133.244)	(40.927)
IRPJ e CSLL	63.168	40.247	47.413	24.119
Incentivo PAT	(1.201)	-	(1.093)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-	1.658	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	61.967	40.247	47.978	24.119
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)	12,65%	8,22%	15,86%	7,98%
Ativo Fiscal Diferido	60.310	4.214	27.379	3.426
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(61.967)	-	(47.978)	-
Total	60.310	44.461	27.379	27.545
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	12,32%	9,08%	9,05%	9,11%

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:-- Continuação

(a) Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2012			31/12/2011		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobrás	(a)	Empréstimo	-	477.148	39.942	-	468.853	25.167
		Dividendos	-	25.476	-	-	31.394	-
FASCEMAR	(b)	Contrato de confissão de dívida	-	16.339	2.191	-	20.956	2.922
		Previdência Privada	-	-	2.333	-	-	1.983
Equatorial Energia	(c)	Contrato de compartilhamento	134	-	-	39	-	-
		Dividendos	-	49.439	-	-	60.926	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	430	1.488	-	-	818
Equatorial Soluções	(e)	Contrato de compartilhamento	195	690	-	-	702	-
Celpe	(f)	Contrato de compartilhamento	274	-	-	-	-	-

(a) Os valores com a Eletrobrás são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a Eletrobrás são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil (nota 13).

(b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão descritas na nota 27.

(c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas; e de dividendos a pagar.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Partes relacionadas--Continuação

- (d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. (“GERAMAR”) é proveniente do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2024.
- (e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.
- (f) Os valores com a Celpa são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$10.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de março de 2012.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Conselho de Administração

Remuneração fixa:	100%
-------------------	------

Diretoria

Remuneração fixa:	39%
Remuneração variável:	61%

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	9	8	17
Remuneração Fixa Anual	513	2.928	3.441
Salário ou Pró-labore	513	2.818	3.331
Benefícios diretos e indiretos	-	110	110
Remuneração variável	-	4.478	4.478
Bônus	-	4.478	4.478
Benefícios pós emprego	-	72	72
Valor total da remuneração por órgão	513	7.478	7.991

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Partes relacionadas--Continuação

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/12/2012
3ª Emissão Pública de Debêntures	267.300	100	01/03/2007	01/03/2013	267.300	164.141
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	665
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	15.976
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10/473589-0)	79.663	100	11/03/2008	15/07/2013	79.751	11.773
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10.2.1736.1)	100.000	100	22/12/2010	15/12/2013	100.000	55.637
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	152.404
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	149.000	149.108
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	60.952
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	147.104
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	2.637	100	13/06/2006	30/06/2013	2.637	283
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	7.970
International Finance Corporation – IFC	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	75.424
Total	1.612.288				1.215.990	841.437

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes, veja Nota 22.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	744.746	(120.042)	624.704	220.994	(141.780)	79.214

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2011	Reclassificação (a)	VNR (b)	Capitalização	Baixas	31/12/2012
Ativo financeiro	220.994	216.543	129.406	177.928	(125)	744.746
Obrigações especiais	(141.780)	-	(25.020)	46.758	-	(120.042)
Ativo financeiro	79.214	216.543	104.386	224.686	(125)	624.704

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Ativo financeiro da concessão--Continuação

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

(a) A Resolução Normativa da ANEEL Nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL Nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação desta resolução, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na reclassificação de R\$216.543 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Ativo financeiro da concessão--Continuação

(b) Lei 12.783/2013

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. O valor apurado no exercício encerrado em 2012, de acordo com essa metodologia resultou no montante de R\$104.386, registrado no resultado financeiro.

Adicionalmente a Lei extingue a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação de CDE (Conta de desenvolvimento energético) em 75%. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou revisões tarifárias extraordinárias em 24 de janeiro de 2013.

A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 e a redução dos encargos setoriais não causará impactos diretos no resultado ou contrato de concessão da CEMAR, uma vez que este tem vigência até 2030.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

		31/12/2012			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,77%	3.212.788	(1.102.329)	(965.800)	1.144.659
Em curso		455.427	-	(69.480)	385.947
Total		3.668.215	(1.102.329)	(1.035.280)	1.530.606

		31/12/2011			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,52%	3.141.793	(992.412)	(807.132)	1.342.249
Em curso		325.489	-	(109.488)	216.001
Total		3.467.282	(992.412)	(916.620)	1.558.250

O valor dos juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$7.615 (R\$1.560 em 31 de dezembro de 2011).

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Intangível--Continuação

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2011	Reclassificação (a)	Adições	Capitalização de juros	Baixas	Capitalização	31/12/2012
Em Serviço	3.141.793	(216.543)	-		(35.034)	322.572	3.212.788
(-) Amortização	(992.412)	-	(137.017)		27.100	-	(1.102.329)
Total em serviço	2.149.381	(216.543)	(137.017)	-	(7.934)	322.572	2.110.459
Em curso	325.489	-	622.823	7.615	-	(500.500)	455.427
Total	2.474.870	(216.543)	485.806	7.615	(7.934)	(177.928)	2.565.886
Obrigações especiais (b)	(916.620)	(24.162)	(47.740)	-	-	(46.758)	(1.035.280)
	1.558.250	-240.705	438.066	7.615	(7.934)	-224.686	1.530.606

(a) A Resolução Normativa da ANEEL Nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL Nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação desta resolução, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na reclassificação de R\$216.543 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Intangível--Continuação

(b) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

a. Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Obras em andamento	379.691	264.050
Materiais em depósito	73.048	55.189
Adiantamento a fornecedores	2.688	6.250
	<u>455.427</u>	<u>325.489</u>

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$21.591 (R\$40.675 em 31 de dezembro de 2011), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$10.815 (R\$8.154 em 31 de dezembro de 2011). O saldo do intangível em curso está apresentado líquido dessa provisão.

	31/12/2011	Adições	31/12/2012
Provisão para perdas	<u>(8.154)</u>	<u>(2.661)</u>	<u>(10.815)</u>

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Intangível--Continuação

b. Amortização

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

12 Fornecedores

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento e encargos de conexão (a)		
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	2.789	2.608
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	293	-
Furnas Elétricas	4.636	3.963
Companhia Energética de São Paulo - CESP	1.627	1.514
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	1.410	1.833
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE	1.420	1.321
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	834	735
Outros	86.486	59.134
Materiais e Serviços	135.160	96.408
Encargos de uso da rede elétrica	19.580	18.427
Ressarcimento aos geradores - Energia Livre	330	245
Total	<u>254.565</u>	<u>186.188</u>

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Fornecedores--Continuação

a. Encargo de uso da rede elétrica

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, devido à interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

13 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2012						
	Circulante			Não circulante			Total
	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Tesouro nacional	467	-	467	7.926	-	7.926	8.393
	467	-	467	7.926	-	7.926	8.393
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	93.967	-	93.967	383.181	-	383.181	477.148
IFC	23.480	(267)	23.213	51.945	(547)	51.398	74.611
BNB	35.930	(269)	35.661	172.126	(1.027)	171.099	206.760
BNDES	92.309	(191)	92.118	276.613	(1.706)	274.907	367.025
FINEP	886	(2)	884	7.367	-	7.367	8.251
FINAME	2.300	-	2.300	14.341	-	14.341	16.641
Total	248.872	(729)	248.143	905.573	(3.280)	902.293	1.150.436
Total de empréstimos e financiamentos	249.339	(729)	248.610	913.499	(3.280)	910.219	1.158.829

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Empréstimos e financiamentos--Continuação

	31/12/2011					
	Circulante			Não circulante		
	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal
MOEDA ESTRANGEIRA						
Tesouro nacional	634	-	634	7.631		7.631
	634	-	634	7.631	-	7.631
MOEDA NACIONAL						
Eletrobrás	61.221	-	61.221	407.632		407.632
IFC	25.914	(267)	25.647	72.722	(814)	71.908
BNB	23.324	(274)	23.050	205.682	(1.297)	204.385
BNDES	101.687	(3)	101.684	217.866	(2)	217.864
FINEP	581	(5)	576	4.809	(2)	4.807
FINAME	1.429	-	1.429	13.845		13.845
	214.156	(549)	213.607	922.556	(2.115)	920.441
Total de empréstimos e financiamentos	214.790	(549)	214.241	930.187	(2.115)	928.072

(*) Em atendimento a Deliberação nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, a Companhia apropriou os custos referentes à captação dos empréstimos a partir de 2008, no resultado em função de fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia registrou o montante de R\$1.158.829 referente aos empréstimos e financiamentos, sendo R\$248.610 de curto prazo e R\$910.219 de longo prazo a um custo médio de 8,93%, equivalente a 106,35% CDI. (8,76%, equivalente a 75,56% CDI, em 31 de dezembro de 2011).

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos e financiamentos foram contratados com as condições abaixo descritas:

Contrato	Custo Contratual	Taxa efetiva a.a.	Custo de captação incorrido	Saldo	Saldo do custo de captação a apropriar	Escalonamento do custo de captação a apropriar					
						CP	2014	2015	2016	2017	Após 2017
ECF - 1473/97	RGR + 13,56% a.a.	13,60%	-	84	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 1510/97	FINEF + 13,97% a.a.	15,61%	-	228	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 1639/97	FINEF + 11,52% a.a.	13,11%	-	2.676	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 1645/97	FINEF + 13,64% a.a.	15,21%	-	462	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 1907/99	FINEF + 11,02% a.a.	12,61%	-	377	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 1908/99	FINEF+ 9,37% a.a.	11,01%	-	2.977	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 1960/99	IGP-M + 4,0% a.a.	12,07%	-	175.350	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 2033/00	RGR + 6,8% a.a.	6,80%	-	1.164	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 2034/00	FINEF + 9,36% a.a.	11,01%	-	21.897	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 2522/05	RGR + 7,0% a.a.	7,00%	-	13.943	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 2585/06	RGR + 6,5% a.a.	7,50%	-	893	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 2724/08	RGR + 7,0% a.a.	7,00%	-	60.518	-	-	-	-	-	-	-
ECF - 2890/10	RGR + 7,0% a.a.	7,00%	-	66.495	-	-	-	-	-	-	-
ECFS - 027/04	RGR + 6,0% a.a.	6,00%	-	4.747	-	-	-	-	-	-	-
ECFS - 140/06	RGR + 6,0% a.a.	6,00%	-	12.179	-	-	-	-	-	-	-
ECFS - 176/07	RGR + 6,0% a.a.	6,00%	-	24.317	-	-	-	-	-	-	-
ECFS - 236/08	RGR + 6,0% a.a.	6,00%	-	33.058	-	-	-	-	-	-	-
ECFS - 281/09	RGR + 6,0% a.a.	6,00%	-	33.746	-	-	-	-	-	-	-
ECFS - 322/11	RGR + 6,0% a.a.	6,00%	-	21.831	-	-	-	-	-	-	-
BNB	10% a.a.	8,50%	-	60.952	-	-	-	-	-	-	-
BNB II	10% a.a.	8,50%	(2.174)	145.808	(1.296)	(269)	(244)	(217)	(188)	(154)	(224)
BNDES II	TJLP + 3,6% a.a.	9,47%	(15)	11.771	(2)	(2)	-	-	-	-	-
BNDES Direto (sub-crédito A)	TJLP + 2,21% a.a.	8,08%	-	59.025	-	-	-	-	-	-	-
BNDES Direto (sub-crédito B)	TJLP + 3,21% a.a.	9,08%	-	59.046	-	-	-	-	-	-	-
BNDES Direto (sub-crédito C)	8,7% a.a.	8,70%	-	33.346	-	-	-	-	-	-	-
BNDES Direto (sub-crédito D)	TJLP a.a.	5,50%	-	986	-	-	-	-	-	-	-
BNDES Direto II (sub-crédito A)	TJLP + 2,06% a.a.	7,56%	(1.898)	51.875	(1.895)	(189)	(189)	(190)	(190)	(190)	(947)
BNDES Direto II (sub-crédito B)	TJLP + 3,06% a.a.	8,56%	-	53.776	-	-	-	-	-	-	-
BNDES Direto II (sub-crédito C)	2,5% a.a.	2,50%	-	30.961	-	-	-	-	-	-	-
BNDES Direto II (sub-crédito D)	TJLP + 2,06% a.a.	7,56%	-	3.683	-	-	-	-	-	-	-
BNDES Direto II (sub-crédito E)	TJLP + 3,06% a.a.	8,56%	-	3.683	-	-	-	-	-	-	-
BNDES Direto II (sub-crédito F)	2,5% a.a.	2,50%	-	3.235	-	-	-	-	-	-	-
BNDES PEC	TJLP + 4,91% a.a.	10,78%	-	55.638	-	-	-	-	-	-	-
FINAME CONVENCIONAL	4,50% a.a.	4,50%	-	15.976	-	-	-	-	-	-	-
FINAME SIMPLIFICADO	4,50% a.a.	4,50%	-	665	-	-	-	-	-	-	-
FINEP	TJLP + 2% a.a.	7,87%	(31)	281	(2)	(2)	-	-	-	-	-
FINEP 2	4,0% a.a.	4,00%	-	7.970	-	-	-	-	-	-	-
IFC	90,9% CDI + 1,5%	10,08%	(2.100)	74.611	(814)	(267)	(268)	(268)	(11)	-	-
STN	US\$+(Liber/Sem+jrs)	4,54%	-	8.393	-	-	-	-	-	-	-
VILA DIGITAL	Não possui	0,00%	-	206	-	-	-	-	-	-	-
Total			(6.218)	1.158.829	(4.009)	(729)	(701)	(675)	(389)	(344)	(1.171)

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Empréstimos e financiamentos--Continuação

a. Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis, não circulante

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos no longo prazo representam o montante de R\$910.219 (R\$928.072 em 31 de dezembro de 2011) e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	248.610	21%	214.241	19%
2013			217.807	19%
2014	165.065	14%	165.057	14%
2015	186.683	16%	146.916	13%
2016	136.743	12%	95.928	8%
Após 2016	425.008	37%	304.479	27%
Total	913.499	79%	930.187	81%
Custo de Captação (Não circulante)	(3.280)		(2.115)	
Não Circulante	910.219	79%	928.072	81%
Total	1.158.829	100%	1.142.313	100%

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Empréstimos e financiamentos--Continuação

b. Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis, não circulante--Continuação

Composição por índice e moeda (não inclui custos com captação a apropriar)

Indexador	US\$ mil	R\$ mil	% de participação
Moeda estrangeira			
Pré-Fixado (USD)	2.546	5.204	62%
Libor semestral	1.561	3.189	38%
Total em dezembro de 2012	4.107	8.393	100%
Total em 2011	4.406	8.265	

Indexador	R\$ mil	% de participação
Moeda Nacional		
IGP-M	175.350	15%
FINEL	28.617	2%
Pré-fixado - RGR	273.181	24%
CDI	75.425	7%
Pré-fixado: FNE	208.056	18%
TJLP	301.663	26%
Pré-fixado: (FINAME)	16.641	1%
Pré-fixado: (BNDES)	67.542	6%
Pré-fixado: (FINEP)	7.970	1%
Total em dezembro de 2012	1.154.445	100%
Total em 2011	1.136.712	

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Empréstimos e financiamentos--Continuação

b. Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis, não circulante--Continuação

A mutação de empréstimos e financiamentos - líquido é a seguinte:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	213.607	920.441	634	7.631	1.142.313
Ingressos	-	197.886	-	-	197.886
Encargos	80.374	-	390	-	80.764
Variação monetária e cambial	(2)	13.072	24	662	13.756
Transferências	228.653	(228.653)	367	(367)	-
Amortizações de principal	(193.035)	(453)	(560)	-	(194.049)
Pagamentos de juros	(81.454)	-	(388)	-	(81.841)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	248.143	902.293	467	7.926	1.158.829

Acompanhamento dos covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Debêntures

	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal e encargos	169.602	283.210	452.812	61.590	160.380	221.970

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	61.590	160.380	221.970
Ingressos	-	280.070	280.070
Custo de captação	(295)	(1.919)	(2.214)
Encargos	25.107	-	25.107
Variação Monetária	7	5.059	5.066
Transferências entre curto e longo	160.380	(160.380)	-
Amortizações de principal	(53.460)	-	(53.460)
Pagamentos de juros	(23.727)	-	(23.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	63.041	213.840	276.881
Ingressos	-	-	-
Custo de captação	-	-	-
Encargos	26.572	-	26.572
Variação Monetária	-	-	-
Transferências entre curto e longo	53.460	(53.460)	-
Amortizações de principal	(53.460)	-	(53.460)
Pagamentos de juros	(28.023)	-	(28.023)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	61.590	160.380	221.970

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Debêntures--Continuação

Quarta emissão debêntures

Em 22 de junho de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva dessa operação é de 11% ao ano.

Características da quarta emissão das debêntures

Número da emissão:	4ª emissão
Série:	1ª série
Data da emissão:	21/06/2012
Data de vencimento:	21/06/2018
Quantidade:	10.138 debêntures
Agente Fiduciário	Pentágono S.A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador	Banco BTG Pactual S.A. e o Banco Itaú BBA S.A - ITAUCOR
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador	Itaú Corretora de Valores S.A - ITAUCOR
Montante da emissão:	R\$ 101.380
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	As debêntures não contarão com quaisquer garantias reais ou fidejussórias
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Data de vencimento:	21/06/2018
Juros:	100% CDI
Spread	1,08% a.a.
Pagamento:	Semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 21º dos meses de junho a dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 21º de dezembro de 2012 e o último pagamento em 21º de junho de 2018. As debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 4º, 5º e 6º; conforme a regra mencionada abaixo:
Amortização programada:	21/06/2016 - 33,33% do valor nominal 21/06/2017 - 33,33% do valor nominal 21/06/2018 - 33,34% do valor nominal

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Debêntures--Continuação

Número da emissão:	4ª emissão
Série:	2ª série
Data da emissão:	21/06/2012
Data de vencimento:	21/06/2020
Quantidade:	17.862 debêntures
Agente Fiduciário	Pentágono S.A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador	Banco BTG Pactual S.A. e o Banco Itaú BBA S.A
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador	Itaú Corretora de Valores S.A - ITAUCOR
Montante da emissão:	R\$178.620
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	As debêntures não contarão com quaisquer garantias reais ou fidejussórias
Convertibilidade:	Não conversíveis em ações
Data de vencimento:	21/06/2020
Juros:	IPCA
Spread	5,90% a.a.
Pagamento:	Anualmente, a partir da data de emissão, no dia 21º do mês de junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 21º de junho de 2013 e o último pagamento em 21º de junho de 2020. As debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 6º, 7º e 8º; conforme a regra mencionada abaixo:
Amortização programada:	21/06/2018 - 33,33% do valor nominal 21/06/2019 - 33,33% do valor nominal 21/06/2020 - saldo do valor nominal

Terceira emissão de debêntures

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva dessa operação é de 8,88% ao ano (12,14% em 31 de dezembro de 2011).

Em março de 2012, foi transferida para o curto prazo a terceira parcela de amortização da 3ª Emissão de debêntures, representando 60% do valor nominal emitido, com amortização prevista para 01 de março de 2013.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Debêntures--Continuação

Características da terceira emissão das debêntures

Número da emissão:	3ª emissão
Série:	Única
Data da emissão:	01/03/2007
Data de vencimento:	01/03/2013
Quantidade:	26.730 debêntures
Valor nominal:	R\$10
Montante da emissão:	R\$267.300
Espécie:	Subordinada
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Fiança prestada pela Equatorial Energia S.A. - Controladora da Emissora
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Data de vencimento:	01/03/2013
Juros:	105,8% do CDI
Pagamento:	Semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2007 e o último pagamento em 1º de março de 2013
Amortização programada:	As debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 4º, 5º e 6º; conforme a regra mencionada abaixo: 01/03/2011 - 20% do valor nominal 01/03/2012 - 20% do valor nominal 01/03/2013 - 60% do valor nominal

Em 31 de dezembro de 2012, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$283.210 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	169.602	37%	61.590	28%
2013	-	-	160.380	72%
2014	-	-	-	-
2015	-	-	-	-
2016	33.793	7%	-	-
Após 2016	251.336	56%	-	-
Não circulante	285.129	63%	160.380	72%
Custo de Captação Não circulante	91.919)			
Total	452.812	100%	221.970	100%

Acompanhamento dos covenants das debêntures

As debêntures emitidas pela CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Impostos e contribuições a recolher

15.1 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ISS	1.950	1.113	2.941	946
Encargos sociais e outros	6.170	-	6.547	-
ICMS	30.551	-	30.746	-
PIS e COFINS	11.215	-	9.843	-
REFIS (a)	1.128	31.442	1.128	36.781
Total	51.014	32.555	51.205	37.727

15.2 Tributos sobre o lucro a recolher

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão de IRPJ/CSLL	1.840	-	2.424	-
IRRF	426	-	456	-
Total	2.266	-	2.880	-

a. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 28 de novembro de 2009, a controlada CEMAR aderiu ao parcelamento instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES foi parcelado em 180 meses. A consolidação de tais débitos foi concluída em 30 de setembro de 2011.

Os principais benefícios da adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$28.098, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante incluído no REFIS foi de R\$73.813, sendo que R\$41.424 foram compensados com prejuízos fiscais, e o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$32.570.

A referida dívida, no montante de R\$40.371 será quitada em até 180 parcelas, deste total foi pago R\$7.802 restando um saldo de R\$32.570.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	34.635	27.591	7.044	31.147	25.756	5.391
Tributárias	145.045	144.885	160	120.156	117.273	2.883
Trabalhistas	34.034	13.171	20.863	27.022	8.233	18.789
Regulatórias	2.521	-	2.521	3.691	-	3.691
	216.235	185.647	30.588	182.016	151.262	30.754
Circulante	32.384	25.677	6.707	35.784	17.943	17.841
Não circulante	183.851	159.970	23.881	146.232	133.319	12.913
	216.235	185.647	30.588	182.016	151.262	30.754

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Movimentação dos processos no período

	Saldo Inicial em 01/01/2012	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final em 31/12/2012
Cíveis	31.147	26.122	(18.488)	(6.256)	2.110	34.635
Tributárias	120.156	24.883	-	(2)	8	145.045
Trabalhistas	27.022	13.336	(5.290)	(3.110)	2.076	34.034
Regulatórias	3.691	396	-	(1.566)	-	2.521
	<u>182.016</u>	<u>64.737</u>	<u>(23.778)</u>	<u>(10.934)</u>	<u>4.194</u>	<u>216.235</u>

	Saldo Inicial em 01/01/2011	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final em 31/12/2011
Cíveis	31.343	21.457	(21.869)	(4.506)	4.722	31.147
Tributárias	94.242	28.952	(95)	(3.054)	111	120.156
Trabalhistas	27.963	8.079	(5.099)	(6.282)	2.361	27.022
Regulatórias	3.305	544	(153)	(5)	-	3.691
	<u>156.853</u>	<u>59.032</u>	<u>(27.216)</u>	<u>(13.847)</u>	<u>7.194</u>	<u>182.016</u>

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no período.

(3) Atualizações monetárias.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 617 reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 15.165 processos cíveis, sendo que 11.925 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012 contemplam provisão de R\$ 34.635 (R\$31.147 em 31 de dezembro de 2011).

Tributárias

A Companhia figura como parte ré em 197 processos tributários.

Registra-se, ainda, que a Companhia continua monitorando o trâmite das ações de Prestação de Contas e indenizatória ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga Taxa de Iluminação Pública – TIP. Confirma-se a alteração da probabilidade de perda (de provável para possível) de ambas ações em face da procedência, à unanimidade, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, as quais já transitaram julgado favoravelmente à Companhia. Assim, apenas remanesce litígio em relação ao recurso especial interposto pela CEMAR contra o acórdão do TJMA, no que tange à matéria referente ao valor dos honorários advocatícios fixados a favor do Município de São Luís, relativamente ao indeferimento da inclusão de litisconsortes na ação rescisória.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012 contemplam provisão de R\$145.045, para as causas tributárias (R\$120.156 em 31 de dezembro de 2011).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$107.923 e R\$21.642, respectivamente (R\$78.965 e R\$16.832, respectivamente em 31 de dezembro de 2011) para as quais não foi constituída provisão.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera tributária e, ação cível pública questionando a terceirização de uma das empresas parceiras da CEMAR, reclamações trabalhistas, na esfera trabalhista.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a Gerência Jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME) são registrados nas deduções à receita operacional bruta. A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	31/12/2012	31/12/2011
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	815	642
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	407	320
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.731	14.814
Programa de Eficiência Energética - PEE	21.802	21.822
Total	35.755	37.598
Circulante	20.180	14.293
Não circulante	15.575	23.305

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$618.550 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100,00%

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe “A” e 10% (dez por cento) para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

Em 22 de março de 2013, foi aprovado aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$153.019, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE (R\$61.967) e de parte do saldo da reserva destinada para reforço de capital de giro (R\$91.502), com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2012.

b. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

c. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Patrimônio líquido--Continuação

d. Reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no período findo em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$61.967 (R\$47.978 em 31 de dezembro de 2011), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

Em 22 de março de 2013 (nota 18a), o saldo da reserva de incentivo fiscal foi totalmente utilizado para aumento do capital da Companhia.

e. Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do período, após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia.

Em 22 de março de 2013, R\$91.052 desta reserva estatutária foi utilizado para aumento do capital da Companhia (nota 18a), restando um saldo de R\$561.588 em 31 de dezembro de 2012 (R\$424.840 em 31 de dezembro de 2011).

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	384.947	247.502
(-) Reserva legal	(19.247)	(12.375)
(-) Reserva fiscal - Incentivo SUDENE	<u>(61.967)</u>	<u>(47.978)</u>
Lucro dividendo ajustado	303.733	187.149
Dividendos mínimos obrigatórios	75.933	46.787
Dividendos complementares	<u>169</u>	<u>46.787</u>
Dividendos propostos	76.102	93.574
Reserva de reforço de capital de giro	<u>227.631</u>	<u>93.575</u>

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Valor por ação (lote de unidades de reais)					
Deliberação	Proventos	Valor	ON	PNA	PNB
31/12/2012					
Reunião do Conselho de Administração de 22 de março de 2013	Dividendos	76.102	0,4600	0,4800	0,800
31/12/2011					
Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2012	Dividendos	93.574	0,5699	0,5699	0,5699

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Dividendos

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	56.016
Dividendos adicionais proposto em 2010	144.630
Pagamento de dividendos	(199.952)
Dividendos mínimos propostos em 2011	46.787
Saldo em 31 de dezembro de 2011	47.481
Saldo em 31 de dezembro de 2011	47.481
Dividendos adicionais proposto em 2011	46.787
Pagamento de dividendos	(93.554)
Dividendos mínimos propostos em 2012	75.933
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.647

22 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo provisionado de participação nos lucros era de R\$21.421 (R\$16.428 em 31 de dezembro de 2011).

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.811.171	2.257.539	1.072.672	1.712.162	2.041.253	915.445
Industrial	9.194	479.727	181.237	9.586	442.397	164.475
Comercial	129.186	960.422	479.128	126.541	872.763	416.189
Rural	59.693	176.672	50.649	64.707	162.014	44.937
Poder público	21.485	296.964	146.648	19.889	265.933	124.364
Iluminação pública	855	348.846	97.107	659	326.144	85.395
Serviço público	5.410	275.872	104.283	4.854	260.377	94.511
Consumo próprio	361	7.981	-	275	7.027	-
Suprimento CCEE			41.285	-	-	22.954
Baixa renda			188.816	-	-	96.064
Receita de construção			644.601	-	-	495.587
Outras			29.343	-	-	47.790
Total	2.037.355	4.804.023	3.035.769	1.938.673	4.377.908	2.507.711

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento de energia elétrica	2.248.034	1.929.741
Remuneração financeira WACC	72.506	11.639
Suprimento de energia elétrica	41.285	22.954
Receita de construção (a)	644.601	495.587
Outras receitas	29.343	47.790
Receita operacional	3.035.769	2.507.711
ICMS sobre venda de energia elétrica	(363.421)	(311.971)
PIS e COFINS	(209.331)	(179.809)
Encargos do consumidor	(70.232)	(74.624)
Cota para RGR	(38.371)	(27.349)
ISS	(1.220)	(1.327)
Encargo de capacidade emergencial	(5.112)	(69)
Outros	-	(457)
Deduções à receita operacional	(687.687)	(595.606)
Receita operacional líquida	2.348.082	1.912.105

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Resultado operacional

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	31/12/2012			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	23.152	20.034	29.842	73.028
Material	5.171	3.714	1.147	10.032
Serviços de terceiros	61.701	93.451	54.485	209.637
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	3.974	-	3.974
Energia elétrica comprada para revenda	672.739	-	-	672.739
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	103.602	-	-	103.601
Custo de construção	644.601	-	-	644.601
Depreciação e amortização	63.044	-	-	63.044
Arrendamento e aluguéis	1.243	2.625	435	4.303
Outros	990	1.005	3.939	5.935
Total	1.576.243	124.803	89.848	1.790.894

Custos/despesas operacionais	31/12/2011			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	24.245	19.767	28.502	72.514
Material	6.648	-986	850	6.512
Serviços de terceiros	56.448	83.038	52.619	192.105
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	3.593	-	3.593
Custo de construção	495.588	-	-	495.588
Energia elétrica comprada para revenda	504.517	-	-	504.517
Encargos de uso do sistema de transmissão	88.640	-	-	88.640
Depreciação e amortização	75.555	-	-	75.555
Arrendamento e aluguéis	1.560	1.825	500	3.885
Outros	(2.532)	3.235	(2.647)	(1.944)
Total	1.250.669	110.472	79.824	1.440.965

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais (líquidas)	31/12/2012	31/12/2011
Perda comercial	-	2.410
Alienação/desativação bens	18.450	39.511
Ajustes de Inventário	764	694
Arrendamento e alugueis	-	2.058
Doações, contribuições e subvenções	-	4.346
Propaganda e publicidade	3.475	3.266
Outras	3.601	4.948
Total	26.290	57.233

27 Receitas e despesas financeiras

Receita e despesas financeiras	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras	36.442	41.340
Acréscimo moratório de energia vendida	72.753	62.922
Atualização financeira sobre o ativo financeiro	104.386	-
Variações monetárias e cambiais	(17.724)	130
Juros dos empréstimos e financiamentos	(101.417)	(93.647)
Atualização processo REFIS	-	(3.569)
Atualização de efficientização e contingências	(10.025)	(7.486)
Infrações operacionais e DIC/FIC	(17.340)	(11.783)
AVP Parcelamento	(611)	(1.455)
Multas/Descontos comerciais	(1.445)	(3.215)
Outras	(9.873)	(29.921)
Total	55.146	(46.684)

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

31/12/2012				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador				
Lucro líquido do exercício	378.230	2.906	3.811	384.947
Denominador				
Média ponderada por classe de ações	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899
Lucro básico e diluído por ação	2,3446	2,3446	2,3446	2,3446

31/12/2011				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador				
Lucro líquido do exercício	243.183	1.868	2.451	247.502
Denominador				
Média ponderada por classe de ações	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899
Lucro básico e diluído por ação	1,5075	1,5075	1,5075	1,5075

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, esse valor corresponde a R\$2.333 (R\$2.065 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 16.339(R\$20.956 em 31 de dezembro de 2011) na rubrica de “Outras contas a pagar” como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

27.1 Hipóteses e premissas adotadas

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

Tábua de Mortalidade Geral

Conforme a experiência na utilização da tábua AT-2000 masculina no ano anterior, e a massa de participantes que compõem a carteira, para a avaliação do exercício de 2012, essa foi mantida.

Tábua de Entrada em Invalidez

Para a avaliação do exercício de 2012, foi utilizada a Tábua de Entrada em Invalidez Light (Média), a fim de manter o Plano em linha com as hipóteses e premissas utilizadas em seu fundo de pensão, a qual está de acordo com as práticas de mercado.

Tábua de Mortalidade de Inválidos

Conforme a experiência na utilização da tábua AT-83 masculina no ano anterior, e a massa de participantes que compõem a carteira, para a avaliação do exercício de 2012, essa foi mantida.

Rotatividade

Conforme as práticas do ano anterior e discussão com a Administração, foi considerada rotatividade nula.

Composição Familiar

Foi mantida a hipótese de 90% casados, com a esposa quatro anos mais jovem para participantes ativos. Para os participantes assistidos considerou-se as informações da família real informada no cadastro.

Entrada em Aposentadoria

Como hipótese de entrada em aposentadoria, utilizou-se o critério da primeira elegibilidade, ou seja, foi considerado que todos os participantes se aposentam imediatamente ao atingir todas as condições para a concessão do benefício de aposentadoria plena.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

HIPÓTESES FINANCEIRAS

Taxa de Desconto

A taxa de desconto da obrigação atuarial é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

As normas contábeis brasileiras e internacionais estabelecem, em geral, que essa taxa deve ser obtida com base nas taxas de juros praticadas pelo mercado para títulos e valores mobiliários de primeira linha. Alternativamente, e na falta dessa categoria de papéis no mercado brasileiro, é indicado o uso das taxas de juros oferecidas pelos títulos do governo. Em ambos os casos, os prazos de resgate dos papéis utilizados devem apresentar condições consistentes com as obrigações dos benefícios pós-emprego sendo avaliados.

No Brasil, em decorrência da falta de títulos de primeira linha com as condições previstas pelas normas contábeis, o “benchmark” utilizado para justificar as taxas de desconto utilizadas tem sido os títulos do Governo. Nesse caso, a entidade pode utilizar taxas de mercado atuais para descontar o pagamento de prazo inferior, estimando a taxa de desconto para vencimentos mais longos, extrapolando as taxas de mercado atuais ao longo da curva de rendimento.

A taxa real de desconto será de 3,56% ao ano, adotando uma postura conservadora. Com a inflação de 4,50% ao ano, a taxa nominal de desconto é de 8,22% ao ano.

Inflação

A premissa adotada foi de 4,50% ao ano, que está em linha com a Resolução 4.095, de 28 de Junho de 2012, onde foi fixado meta de inflação de 4,50%, com intervalo de tolerância de dois pontos percentuais.

Taxa Real de Crescimento Salarial

O percentual de crescimento salarial deve estar devidamente fundamentado e deve ser definido, por escrito, pela patrocinadora desde que guarde relação com suas respectivas atividades com base na política de Recursos Humanos. Conforme alinhado com a Patrocinadora, utilizou-se a taxa real de crescimento salarial de 1,00% a.a.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

Capacidade Salarial e de Benefícios

O fator utilizado foi de 98,01% para 2012. Como consequência do cenário econômico com taxas de inflação estáveis e baixas, os fatores de capacidade perdem sua justificativa principal, que é antecipar os ganhos e as perdas inflacionários ao longo do ano.

Resumidamente, as hipóteses e premissas atuariais utilizadas para a realização da avaliação atuarial, comparadas com as premissas adotadas no exercício de 2011, são as seguintes:

<u>Biométricas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina
Tábua de entrada em invalidez	Light (Média)	Light (Média)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83M	AT-83M
Rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	90% casados, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos	-
Entrada em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade plena	100% na 1ª elegibilidade

As alterações nas premissas de inflação poderiam impactar na despesa projetada para o próximo exercício, aumentando os custos de juros, serviço corrente e rendimento esperado dos ativos.

27.2 Movimentação das obrigações atuariais

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios;

- Política contábil adotada pela entidade no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 do CPC 33.

b. Resultados da avaliação atuarial de acordo com a norma CPC33/CVM 600/09 (valores apresentados em reais)

A. Conciliação do Passivo / (Ativo) reconhecido	31/12/2012	31/12/2011
1. Valor presente das obrigações atuariais (VPO)	(147.033.708)	(103.728.440)
2. Valor justo dos ativos do plano	148.711.302	103.502.336
3. Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	1.677.594	(226.104)
4. (Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecido	(1.511.455)	(4.744.803)
5. Custo de serviço passado não reconhecido	-	-
6. Aumento do (Ativo) / Passivo na adoção deste pronunciamento não reconhecido	-	-
7. (Passivo) / Ativo Atuarial Líquido total reconhecido	166.139	(4.970.907)
8. Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(166.139)	-
9. (Passivo) / Ativo Atuarial Líquido	-	(4.970.907)

B. Informações Patrimoniais (Percentual)	31/12/2012	31/12/2011
1. Renda Variável	1,90%	1,93%
2. Renda Fixa	93,32%	92,78%
3. Imóveis	3,60%	4,05%
4. Outros	1,18%	1,24%
5. Total	100,00%	100,00%

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

C. Movimentação do Passivo / (Ativo) Atuarial Líquido	31/12/2012	31/12/2011
1. (Passivo) /Ativo Atuarial Líquido no início do ano	(4.970.907)	(8.992.995)
2. Impacto decorrente de implementações no plano de benefícios	2.530.955	500.340
3. Contribuições normais do empregador vertidas no ano	2.606.091	3.521.748
4. Impacto decorrente de redução antecipada no plano de benefícios	-	-
5. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefícios	-	-
6. Outros - transferência de saldos	-	-
7. (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido ao final do ano	166.139	(4.970.907)
8. Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(166.139)	-
9. (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido	-	(4.970.907)

D. Movimentação e composição do valor justo dos ativos	31/12/2012	31/12/2011
1. Valor justo dos ativos no início do ano	103.502.336	93.598.215
2. Benefícios pagos durante o exercício	(9.737.170)	(9.293.000)
3. Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	38.194	-
4. Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	2.606.091	3.521.748
5. Rendimento efetivo dos ativos no ano	52.301.851	15.675.373
6. Impacto decorrente de redução antecipada no plano de benefícios	-	-
7. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefícios	-	-
8. Impacto decorrente de implementações no plano de benefícios	-	-
9. Despesas administrativas pagas durante o exercício	-	-
10. Outros - transferência de saldos	-	-
11. Valor justo dos ativos no final do ano após o ajuste	148.711.302	103.502.336

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

E. Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	31/12/2012	31/12/2011
1. Valor das obrigações atuariais no início do ano	103.728.440	100.478.410
2. Custo de serviço corrente	75.383	72.560
3. Juros sobre a obrigação atuarial	11.661.235	12.298.641
4. Benefícios pagos pelo plano no ano	(9.737.170)	(9.293.000)
5. Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	38.194	-
5. (Ganho) /Perda sobre as obrigações atuariais	41.267.625	171.829
6. Impacto decorrente de redução antecipada no plano de benefícios	-	-
7. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefícios	-	-
8. Impacto decorrente de implementações no plano de benefícios	-	-
9. Despesas administrativas pagas durante o exercício	-	-
10. Outros - transferência de saldos	-	-
11. Valor presente das obrigações atuariais no final do ano	147.033.708	103.728.440

F. Apuração de (ganhos) / perdas atuariais e financeiras	31/12/2012	31/12/2011
1. (Ganho) / Perda não reconhecido no início do ano	(4.744.803)	(2.112.800)
2. Amortização de ganho / (perda) no exercício	-	-
3. (Ganho) / Perda sobre as obrigações atuariais	41.267.625	171.829
4. (Ganho) / Perda sobre os ativos do plano	(38.034.278)	(2.803.832)
5. Impacto decorrente de redução antecipada no plano de benefícios	-	-
6. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefícios	-	-
7. Outros - transferência de saldos	-	-
8. (Ganho) /Perda no final do ano	(1.511.455)	(4.744.803)
9. Corredor não sujeito à amortização	1.511.455	4.744.803
10. Parcela sujeita à amortização	-	-
11. Valor da amortização para o exercício subsequente	-	-
12. Tempo médio futuro dos participantes ativos	10	7

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

G. Encerramento do Ano Fiscal	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Evolução Patrimonial					
(Ganho)/perda no período	(38.034.278)				
(Ganho)/perda em % do patrimônio	-25,576%	0,000%			
Experiência					
(Ganho)/perda no período	7.148.903	N/D	N/D	N/D	N/D
(Ganho)/perda em % da obrigação atuarial	-4,862%	N/D	N/D	N/D	N/D
Alterações de Hipóteses Demográficas					
(Ganho)/perda no período	0	N/D	N/D	N/D	N/D
(Ganho)/perda em % da obrigação atuarial	0,000%	N/D	N/D	N/D	N/D
Alterações de Hipóteses Financeiras					
(Ganho)/perda no período	34.118.722	N/D	N/D	N/D	N/D
(Ganho)/perda em % da obrigação atuarial	-23,205%	N/D	N/D	N/D	N/D
Resultado do Plano					
Obrigação Atuarial	(147.033.708)	(103.728.440)	-		
Valor justo dos ativos	148.711.302	103.502.336	-		
Resultado do plano	1.677.594	(226.104)	-	-	-

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

I. Reconciliação dos Valores Divulgados	Valor Presente das Obrigações Atuariais	Valor Justo dos Ativos do Plano	Custo do serviço passado	(Ganhos) / Perdas Atuariais	Limite de Ativo	(Passivo) /Ativo líquido total
1. Valor no início do exercício	(103.728.440)	103.502.336	-	(4.744.803)	-	(4.970.907)
2. Custo do serviço corrente da empresa	(75.383)	-	-	-	-	(75.383)
3. Custo dos juros	(11.661.235)	-	-	-	-	(11.661.235)
4. Rendimento esperado dos ativos	-	14.267.573	-	-	-	14.267.573
5. Amortizações	-	-	-	-	-	-
6. Ganhos ou perdas atuariais	(7.148.903)	38.034.278	-	(30.885.374)	-	-
7. Contribuições pagas pela empresa	-	2.606.091	-	-	-	2.606.091
8. Contribuições pagas pelos empregados	(38.194)	38.194	-	-	-	-
9. Benefícios pagos pelo plano	9.737.170	(9.737.170)	-	-	-	-
10. Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-
11. Implementações	-	-	-	-	-	-
12. Mudanças de hipóteses	(34.118.722)	-	-	34.118.722	-	-
13. Aquisições	-	-	-	-	-	-
14. Redução antecipada das obrigações	-	-	-	-	-	-
15. Eliminação antecipada de obrigações	-	-	-	-	-	-
16. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-	-	-
17. Outras despesas	-	-	-	-	-	-
18. Outros - transferência de saldos	-	-	-	-	-	-
19. (Ganhos)/perdas com direitos de reembolso	-	-	-	-	-	-
20. Reconhecimento Parágrafo 58A	-	-	-	-	-	-
21. Reconhecimento ORA	-	-	-	-	-	-
22. Mudança no efeito do limite de ativo	-	-	-	-	(166.139)	(166.139)
23. Valor no final do exercício	(147.033.708)	148.711.302	-	(1.511.455)	(166.139)	-

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

J. Demonstração da despesa / (receita) a reconhecer no próximo ano	31/12/2012	31/12/2013
1. Custo de serviço corrente	75.383	36.875
2. Custo de juros sobre as obrigações atuariais	11.661.235	11.679.215
3. Rendimento esperado dos ativos	(14.267.573)	(11.819.770)
4. Implementações	-	-
5. Custos de amortizações	-	-
(a) (Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidos	-	-
(b) Custo de serviço passado não reconhecido	-	-
(c) Aumento do (Ativo) / Passivo na adoção do pronunciamento não reconhecido	-	-
6. Despesa / (Receita) a ser reconhecida no próximo exercício antes do ajuste do limite do Ativo	(2.530.955)	(103.680)
7. Contribuições normais do empregador vertidas no ano	-	-
8. (Ganhos) / Perdas reconhecidos devido ao impacto da redução no plano	-	-
9. Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-
10. Impacto decorrente de redução no plano de benefícios	-	-
11. Despesa / (Receita) a ser reconhecida no próximo exercício após o ajuste do limite do Ativo	(2.530.955)	(103.680)

K. Fluxo de Caixa	Efetivo	Esperado
1. Contribuições da empresa	2.606.091	32.281
2. Contribuições dos empregados	38.194	32.281
3. Benefícios pagos	9.737.170	9.908.521

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Riscos Operacionais	01/01/2014	215.480
Responsabilidade Civil Geral - Operações	01/01/2014	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	32.977
Seguro Garantia Leilão de Energia	(b)	118
Automóvel	31/01/2013	(c)

(a) 19 apólices com vencimentos entre fevereiro de 2013 a outubro de 2016.

(b) 1 apólice com vencimento em junho de 2013.

(c) 69 veículos segurados.

A companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto de prazo, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, obrigações com debêntures, fornecedores, ativo de concessão, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A CEMAR não possui operações com derivativos até o momento. A Companhia entende que sua atividade fim não permite a utilização de derivativos com objetivos especulativos sendo possível, no entanto, sua utilização com a finalidade de evitar exposições a riscos, se necessário.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão identificados a seguir:

Ativo	31/12/2012		31/12/2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	59.086	59.086	234.141	234.141
Investimentos de curto prazo	423.551	423.551	190.322	190.322
Contas a receber de clientes	590.572	590.572	532.569	532.569
Ativo financeiro de concessão	624.704	624.704	79.214	79.214
Depósito Judicial	185.647	185.647	151.262	151.262
Total Ativo	1.883.560	1.883.560	1.187.508	1.187.508

PASSIVO	31/12/2012		31/12/2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	254.565	254.565	186.188	186.188
Empréstimos e financiamentos	1.158.829	1.158.829	1.142.313	1.142.313
Debêntures	452.812	477.131	221.970	224.476
Total Passivo	1.866.206	1.890.525	1.550.471	1.552.977

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo Financeiro de Concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** – são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da CEMAR são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 13 e 14.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.
- **Risco cambial** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,52% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2012 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco de Variação Cambial		(R\$ mil)				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Passivos financeiros						
STN	USD	(686)	(2.784)	(4.882)	1.412	3.510
Referência para passivos financeiros		Taxa em 31/12/2012	25%	50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,04	2,55	3,07	1,53	1,02

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

- **Risco de vencimento antecipado** - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 13 (Empréstimos e financiamentos) e nº 14 (Debêntures).
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2012 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	29.856	37.320	44.784	22.392	14.928
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 2034/00	FINEL	(2.111)	(2.193)	(2.275)	(2.030)	(1.948)
ECF - 1510/97	FINEL	(33)	(34)	(35)	(33)	(32)
ECF - 1639/97	FINEL	(327)	(337)	(347)	(317)	(307)
ECF - 1645/97	FINEL	(67)	(69)	(71)	(66)	(64)
ECF -1960/99	IGP-M	(12.635)	(15.667)	(18.699)	(9.604)	(6.572)
ECF - 1908/99	FINEL	(293)	(304)	(315)	(281)	(270)
ECF - 2033/00	FINEL	(76)	(81)	(85)	(72)	(67)
FINEP	TJLP	(236)	(348)	(460)	(123)	(11)
BNDES DIRETO (sub-crédito A)	TJLP	(5.064)	(5.867)	(6.669)	(4.262)	(3.460)
BNDES DIRETO (sub-crédito B)	TJLP	(5.675)	(6.478)	(7.281)	(4.873)	(4.070)
BNDES DIRETO (sub-crédito D)	TJLP	(1)	(14)	(27)	13	26
BNDES DIRETO 2012 (sub-crédito A)	TJLP	(44)	(774)	(1.505)	687	1.418
BNDES DIRETO 2012 (sub-crédito B)	TJLP	(49)	(780)	(1.511)	682	1.413
BNDES DIRETO 2012 (sub-crédito D)	TJLP	(3)	(53)	(103)	47	97
BNDES DIRETO 2012 (sub-crédito E)	TJLP	(3)	(53)	(103)	47	97
IFC	CDI	(5.887)	(7.224)	(8.562)	(4.550)	(3.212)
BNDES II	TJLP	(2.000)	(2.160)	(2.320)	(1.840)	(1.679)
BNDES PEC	TJLP	(8.631)	(9.387)	(10.143)	(7.874)	(7.118)
DEBENTURES 3ª EMISSAO	CDI	(15.030)	(18.378)	(21.727)	(11.682)	(8.333)
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 1ª Série	CDI	(4.484)	(6.450)	(8.417)	(2.517)	(551)
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 2ª Série	IPCA	(10.729)	(13.341)	(15.952)	(8.118)	(5.507)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS						
		Taxa em 31/12/2012	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% ano)		8,4	10,5	12,6	6,3	4,2
TJLP (% ano)		5,7	7,2	8,6	4,3	2,9
IGP-M (% ano)		7,8	9,8	11,7	5,9	3,9
IPCA (% ano)		5,8	7,3	8,8	4,4	2,9

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido	R\$ Mil	
	Cenários	Impacto no Resultado Impacto no Lucro
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(10.236)	(7.805)
Cenário III	(20.471)	(15.609)
Cenário IV	10.236	12.667
Cenário V	20.471	25.333

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

g. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão do capital

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

No período findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

32 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
Energia Contratada	2011 a 2042	621.672	609.232	669.214	733.079	813.310	41.906.046

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

34 Questões ambientais

A Companhia acredita que a energia elétrica contribui para a melhoria de vida das pessoas e que se trata de um insumo indispensável para o desenvolvimento e crescimento econômico do estado do Maranhão, área de concessão da Companhia. Para cumprir esta missão de maneira responsável, a companhia exerce suas atividades de forma ambientalmente responsável, cumprindo com todas as definições ambientais estabelecidas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), como também opera em conformidade com exigências ambientais das legislações Federal, Estadual e Municipal.

Entre os programas sociais em que a CEMAR está envolvida, destacam-se:

- Energia Voluntária - É o Programa de Voluntariado da CEMAR, que consiste em um conjunto de ações realizadas pela Companhia para incentivar e apoiar o envolvimento dos colaboradores em atividades voluntárias, através da realização de palestras educativas, atividades sociais e lúdicas nas comunidades do Estado. Em 2012 foram mais de 600 horas dedicadas ao trabalho, com 19% dos colaboradores envolvidos. A Companhia incentiva os colaboradores por meio de Campanha Interna de Incentivo, premiando aqueles que mais dedicarem horas ao trabalho voluntário, os colaborador campeão de 2012 doou mais de 90 horas do seu tempo as ações sociais.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34 Questões ambientais--Continuação

Outro diferencial das ações voluntárias é a participação em ações sociais como o Ação Global e Cidade Solidária, mutirões de atendimento ao público realizado por instituições locais. Destaque também para o programa Mini empresa do da Associação Junior Achievement, que envolveu 13 colaboradores que participaram durante 6 meses orientando e apoiando alunos do Ensino Médio na introdução ao empreendedorismo.

- **Energia na Comunidade** - Canal direto de relacionamento com a comunidade, com diversas frentes de atuação, o programa está presente em todo estado, através dos Agentes da Comunidade, oferecendo atendimento de qualidade, promovendo cultura e lazer, realizando atividades culturais e levando informações sobre economia de energia e segurança com energia elétrica. Em 2012 foram 773 ações sociais, tendo impactado diretamente 28.600 pessoas e indiretamente 84.000 pessoas. As ações sociais incluem palestras, programas de visitas, entrevistas em rádios e tv's, blitz, troca de lâmpadas, carreatas, cadastro tarifa baixa renda, entre outros. Foi por meio do Programa que foi realizado pela primeira vez o Fórum de Liderança Comunitária. O objetivo inicial é criar com líderes comunitários um canal de dialogo direto com os mesmos.
- **Arte com Segurança**- Para realizar ações educativas para um público adolescente é preciso mergulhar no universo deles. Por isso, a CEMAR desenvolveu o projeto Arte com Segurança, em parceria com a CUFA, ampliando o seu escopo e a quantidade de muros de subestações grafitados. O projeto que tem por objetivo utilizar os espaços públicos para divulgar a arte da grafiteagem com uma mensagem informativa e de utilidade para a população, no caso a segurança com a energia elétrica. Realizamos grafiteagem nos muros das subestações em Imperatriz, no Muro do Centro de Distribuição e no muro interno da Subestação do São Francisco.
- **Programa de Capacitação Profissional** - O Programa tem como objetivo capacitar pessoas de baixa renda com foco no ingresso do mercado de trabalho. Durante o ano de 2012, foram oferecidos 14 cursos de Capacitação Profissional em parceria com a FIEMA/SENAI. Os cursos foram ofertados para as comunidades por meio do relacionamento dos Agentes de Comunidade com lideranças comunitárias e a Imprensa. Sendo os cursos realizados: Inclusão digital, Eletricistas, Corte e Costura, Classificador de Grãos, Mecânico de Motos e Pedreiros. A CEMAR absorveu para o quadro de leituristas da CEMAR 12 pessoas. No curso, Mecânico de Motos em Bacabal, 70% já trabalha no mercado local e novas contratações serão viabilizadas até Fevereiro de 2013.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34 Questões ambientais--Continuação

- Projetos Culturais e Esportivos – Promover o contato e a prática com o campo cultural, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, promover maior acesso à cultura e a prática da cidadania, além de incentivar a prática desportiva como forma de inclusão social, investindo assim a CEMAR dá sua contribuição para a melhoria dos indicadores do nosso Estado. Com o apoio das leis de incentivo a cultura e esporte a CEMAR investiu aproximadamente 5 milhões em projetos de inclusão sociocultural e esportivo.

Os projetos apoiados atualmente são caracterizados pela introdução ao esporte para cidadania, escolas de músicas, eventos esportivos e culturais abertos ao grande público, representatividade do Maranhão para todo o país, valorização da cultura local, entre outros. Entre os projetos investidos estão Escola de Futebol Esporte é Cidadania, Judô no Jaracaty, Construção da Quadra Barrigudeira, entre outros.

- Projetos de Investimento Social Privado com apoio financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Social – Uma parceria firmada em 2012 entre a CEMAR e o BNDES, proporcionou um investimento inédito: 1 milhão de reais para construção e reforma de instituições sociais em quatro municípios maranhenses. Dentre os projetos estão:

- O projeto AMAS (Associação Maranhã de Assistência Social), atende em Imperatriz, cerca de 250 crianças. A Associação funciona desde 2001 e entre as atividades desenvolvidas está o projeto “Futebol Bola pra Frente”, principal ação da instituição, que também atua na alfabetização de adultos, cursos de artesanato, palestras educativas, projeto sopão, mutirões médicos, jurídicos entre outros. Entre os benefícios, está a construção do campo de futebol gramado, quadra de vôlei de areia, vestiários compra de novo ônibus para os alunos, equipamento esportivos e uniformes.

- A Associação Carente São Benedito do Bairro de Fátima, inaugurada no dia 18 de janeiro, atende em São Luís, cerca de 300 crianças. É uma instituição sem fins lucrativos que atua como uma Creche-Escola e um espaço de atividades sociais para a comunidade, tendo como missão melhorar a qualidade de vida das pessoas da referida área. Entre os benefícios proporcionados pela CEMAR está a drenagem do sistema de água, construção da quadra de esportes, ampliação do espaço, playground, pintura e mobília adequada.

- Centro Educacional São Raimundo Nonato que atende cerca de 180 jovens e crianças em Timon, oferecendo atividades esportivas como Badminton, Beach Soccer e atividades educativas. O centro recebeu reforma e construção de quadras, brinquedoteca e playground.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34 Questões ambientais--Continuação

- Creche Mãe Firmina construção de uma nova creche para comunidade do Alto Bandeirante em Bacabal, com o terreno doado pela Prefeitura a CEMAR entregou uma escola adequada as crianças e completamente mobiliada.

- Com a Caravana da Economia CEMAR, a Companhia vem trocando geladeiras velhas por geladeiras novas mais eficientes em vários municípios do Maranhão. A CEMAR desde o início do Programa, em 2007, já trocou mais de 30 mil geladeiras em 41 municípios maranhenses. , além de promover ações educativas em vários municípios. Para este programa a CEMAR já disponibilizou aproximadamente R\$10 milhões.
- Com o ECOCEMAR a Companhia deu início a um programa de troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia. Com isso, a CEMAR além de gerar renda para o pagamento das contas de energia, está também incentivando a preservação do meio ambiente por meio da educação e atitude sustentável. Cerca de 2.260 toneladas de resíduos recicláveis foram coletados desde o início do Programa ECOCEMAR até hoje e, aproximadamente R\$136.000,00 foram revertidos em bônus para clientes, entre pessoas físicas, instituições de apoio ou filantrópicas. O projeto em São Luis conta com 17 pontos de coleta.

Leilão Solidário – Todos os anos os brindes recebidos pelos colaboradores no fim de ano, dados por fornecedores, são entregues a Gerencia de Comunicação e Marketing para a realização do Leilão Solidário. O Leilão Solidário 2011 foi feito no período da Páscoa, sendo chamado de Leilão Solidário de Páscoa. Foram 68 brindes leiloados e R\$ 5.085 doados para 4 instituições de municípios maranhenses.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35 Ativos e passivos regulatórios

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas

Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas demonstrações contábeis os seguintes saldos:

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	7.313	2.888
Outros componentes financeiros da tarifa	28.155	62.873
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	35.468	65.761
TOTAL DO ATIVO	35.468	65.761
<u>PASSIVO</u>	31/12/2012	31/12/2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	(16.574)	(22.465)
Outros componentes financeiros da tarifa	(28.880)	(17.464)
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	(45.454)	(39.929)
TOTAL DO PASSIVO	(45.454)	(39.929)
	31/12/2012	31/12/2011
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>	(54.475)	(3.426)
<u>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</u>		
Energia elétrica comprada para revenda	18.085	(6.561)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(557)	(1.819)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	17.528	(8.380)
<u>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</u>		
Receitas financeiras	1.684	996
Despesas financeiras	(555)	(2.897)
TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	1.129	(1.901)
RESULTADO	(35.818)	(13.707)

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36 Eventos subsequentes

Em 24 de janeiro de 2013, foi publicado a medida provisória nº605, que altera a Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Esta medida inclui como objetivos deste encargo o provimento de recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando assim o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta
Ana Marta Horta Veloso
Carlos Augusto Leone Piani
Eduardo Haiama
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Francisco Carlos Campos
Gilberto Sayão da Silva
José Carlos Muniz de Brito Filho
Lídce Almeida Silva

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Eduardo Martins e Silva
Denise da Cunha D'Angelo Palácio
Felipe Sousa Bittencourt
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva
Sérgio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretora

José Jorge Leite Soares
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Contador

CRC PE-012996-O-S-MA